

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
6800007/2002 - DR/SC
ALESC
CORREIOS

Distribuição gratuita

Aprovados

Escolas devem notificar agressões

Dia Estadual pelo Fim da Violência contra mulher

Norma para defesa do consumidor

Rejeitadas três mensagens de veto

Página 7

Segurança pública preocupa deputados

Superlotação das unidades prisionais de Chapecó e de Blumenau, que tem portaria para não receber mais detentos, repercute em Plenário



Carlos Kilian

Parlamentares cobram providências para problemas de infraestrutura e falta de pessoal também em delegacias

Página 7

Campo Alegre debate barreiras sanitárias

Miriam Zomer



Os agropecuaristas de Campo Alegre, no Planalto Norte, reivindicam maior rigor das barreiras sanitárias implantadas no município para impedir a entrada de carne procedente do Paraná com preço abaixo do mercado. Eles estiveram reunidos, dia 11, com técnicos da Cidasc.

Diante da falta de fôlego financeiro, muitos estão trocando a produção de gado pelo reflorestamento.

Páginas 4 e 5

Praça Tancredo Neves vai ganhar novo visual

Jonas Lemos Campos



Página 3

O êxito administrativo e a transmissão de governo

A proximidade da transmissão definitiva de comando na chefia do Executivo, do governador Luiz Henrique para o vice Leonel Pavan remete à necessária reflexão sobre o êxito da proposta de administração pública desenvolvida em Santa Catarina desde 2003.

Naquele ano, começou a ser implantada a política da descentralização, e em especial a partir de 2007, quando a polialiança que deu base de sustentação ao atual governo ganhou contornos definitivos, com o respaldo absoluto da sociedade catarinense, em maioria refletida também no plenário da Assembleia Legislativa.

Muito foi feito para modificar a realidade catarinense, como atestam os índices de desenvolvimento, de educação, saúde e segurança pública que

confirmam avanços e conquistas, o que também pode ser mensurado através do incremento da arrecadação, reflexo do crescimento da atividade econômica.

Mais importante, o progresso alcançou todas as regiões e o governo cumpriu seus compromissos, construindo acessos rodoviários, escolas, ginásios de esporte, investindo em unidades da saúde, mostrando presença no interior com o avanço de redes de energia elétrica e o atendimento de pequenas comunidades contempladas com programas que integram famílias de produtores rurais.

Em sua última viagem ao exterior como governador, há poucos dias, Luiz Henrique da Silveira viabilizou mais 300 milhões de dólares para o Programa BID-5, dos quais 50 milhões de dólares já foram

disponibilizados para novos projetos de elaboração de estradas. Também definiu com o Banco Mundial um aporte de mais 180 milhões de dólares para o projeto Microbacias, que vem ajudando as comunidades rurais de Santa Catarina, com 90 milhões financiados pela instituição e igual contrapartida do governo.

A continuidade administrativa e os grandes projetos estão assegurados, para a tranquilidade dos catarinenses que veem nosso Estado seguindo no rumo certo, com o êxito administrativo refletindo-se em benefício da sociedade. Por isso, seguiremos trabalhando unidos, respaldando com a mesma ênfase a administração de Leonel Pavan no Parlamento dos catarinenses.

Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB)

A Campanha da Fraternidade e o combate da injustiça

A Campanha da Fraternidade enfim chegou no ponto da injustiça. A campanha anterior enfatiza que a paz é fruto da justiça. A estrutura social é muito injusta. Usa de um conjunto de leis, que todos cumprindo, favorecem os mais ricos. A Campanha da Fraternidade desse ano se refere à divisão da renda e à oportunidade de crescimento para todos.

A Igreja não quer dividir o seu dinheiro, a sua casa, os seus terrenos ou a sua fábrica. De todo dinheiro, 40% viram imposto. Esse dinheiro, o governo deveria fazer chegar a todos, no mínimo, de forma equânime, para não dizer que deveria chegar mais aos mais pobres.

Sob varias alegações as

idades que têm maior movimentação econômica, com maior produção ou com mais comércio, recebem muito mais, em detrimento de cidades essencialmente consumidoras, até chamadas de cidades dormitórios. Considerando a divisão per capita nas cidades brasileiras, a diferença chega a seis vezes, ou seja, de 600%. É uma injustiça brutal.

O que é seu é seu, mas o que é do governo deveria ser de todos. O atual presidente tem condições políticas para mudar isso. Tem o projeto da reforma tributária pronto para ser votado, cujo teor fundamental passaria a cobrar os impostos no destino e não na origem. Há ainda os recursos do pré-sal que podem ser divididos a

todos os estados. Basta querer, talvez falte pressão popular. Se os movimentos de base da Igreja não chegarem à divisão dos recursos públicos, em vão foi seu esforço.

Há anos estou defendendo a teoria. Em 1997, fiz um trabalho sobre a divisão injusta da renda pública. Apoiei Fernando Henrique Cardoso (FHC) na proposta da reforma tributária. Houve muita pressão da oposição com a escolta dos estados e cidades mais ricas. Lula pode continuar dando sacolão aos pobres, mas deveria votar leis que trate todos os brasileiros com equidade, e que vale para sempre.

Deputado Serafim Venzon (PSDB)

Lançamento na TVAL

Estreia, na TVAL, dia 22, às 13h45min, com reprise às 23h15min, a série Santatec Saúde. O programa, que pode ser visto no site www.alesc.sc.gov.br, com quatro episódios, trata das tecnologias catarinenses voltadas à área da saúde

humana. O programa Santatec está na sua terceira edição. A primeira série, sobre Software, recebeu o Prêmio Fiesc de Jornalismo 2007 e a segunda, que tratou de Biocombustíveis, conquistou o Prêmio Fatma de Jornalismo 2009.

[AGENDA]

• **Dia 22, 19h** : Sessão especial em homenagem a Florianópolis pela passagem dos seus 284 anos

Local: Plenário Osni Régis

• **Dia 22, 19h** : Comissão de Educação – Audiência pública “Ensino profissionalizante em Santa Catarina, a situação institucional e administrativa dos NEP’s - Núcleos de Estudos Profissionalizantes de Concórdia”

Local: Câmara de Vereadores de Concórdia

• **Dia 24, 9h** : Comissões de Justiça e de Finanças – Audiência pública para tratar da situação da Celesc

Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 24, 19h** : Sessão solene em homenagem à Associação Empresarial de Navegantes (ACIN)

Local: Sede da ACIN – Navegantes

• **Dia 29, 9h** : Comissão de Transportes - Audiência pública para discutir o início das obras da Alça de Contorno da região metropolitana da Grande Florianópolis e a mobilidade urbana em Santa Catarina

Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright

• **Dia 29, 9h** : Audiência pública para debater a “Lei Federal 8.878 – A anistia e a reintegração dos trabalhadores demitidos”

Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 29, 9h** : Escola do Legislativo – Palestras do Programa de Combate ao Bullying

Local: Centro de Eventos Plínio Arlindo De Nes – Chapecó

• **Dia 29, 14h** : Escola do Legislativo – Palestras do Programa de Combate ao Bullying

Local: Local ainda não definido/Xanxerê

• **Dia 29, 14h** : Audiência pública para debater a PEC nº 308/2004, que cria a Polícia Penal Federal e as polícias penais estaduais

Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 29, 19h** : Lançamento literário e exposição “Santa Catarina Patrimônio Histórico”, de autoria de Rosane Sena

Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho

• **Dia 30, 8h30min** : Escola do Legislativo – Seminário Regional “Os desafios da educação brasileira”

Local: Centro de Eventos Plínio Arlindo De Nes – Chapecó

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)

1º Vice-Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4ª Secretária: Ada Faraco De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Tiago Fontão Alexandre (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon Montagna, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha Ferreira, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico (estagiário), Eduardo Guedes de Oliveira, Janine Souza Costa (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer, Regina Rosa (estagiária) e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos Jonas Lemos Campos



Símbolo da democracia, espaço que hoje é considerado inseguro, deve ganhar novo visual; arquitetos podem inscrever suas propostas até 7 de julho no site da prefeitura de Florianópolis

Praça Tancredo Neves será revitalizada

Lançado concurso público nacional de arquitetura para escolher melhor projeto para reforma do espaço, que também é de responsabilidade do Legislativo

De responsabilidade de manutenção também da Assembleia Legislativa, a Praça Tancredo Neves teve lançado edital de licitação do Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura e Urbanismo de Requalificação. Autoridades municipais e estaduais se reuniram na manhã do dia 16, no gabinete do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), para a solenidade, que deu largada ao processo.

Promovido pela prefeitura e organizado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), o concurso vai premiar a melhor proposta para a revitalização desse espaço público. As inscrições poderão ser feitas no período de 20 de abril a 7 de julho através do site www.pmf.sc.gov.br. Poderão participar arquitetos que se inscreverem individualmente ou como representantes de equipes ou de pessoas jurídicas. A premiação será de R\$ 25 mil.

Nos últimos anos, segundo o presidente do Tribunal de

Contas do Estado (TCE), José Carlos Pacheco, a praça tem sido cada vez mais frequentada por marginais, o que acarreta insegurança à população. "Com o apoio da prefeitura, Tribunal de Justiça e Assembleia Legislativa, teremos no local um espaço renovado", afirmou o presidente do TCE.

Trâmite

De acordo com o diretor-presidente do IPUF, Átila Rocha dos Santos, após a viabilização do concurso, que deverá ocorrer dentro de seis meses, será feita a licitação pública para as obras de requalificação e revitalização da Praça Tancredo Neves, ao custo máximo de R\$ 18 milhões. Também está prevista a construção de uma garagem subterrânea com exploração comercial por período determinado e posterior retorno ao poder público.

"Quando as instituições se unem quem ganha é o povo. Hoje temos uma cidade humanizada e esta obra se soma a

outras de revitalização", destacou o prefeito em exercício da Capital, João Batista Nunes (PR). Ele anunciou durante a solenidade que na região da Praça Tancredo Neves, especificamente na Assembleia Legislativa, serão instaladas câmeras de monitoramento eletrônico, visando uma maior segurança no local.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, disse que a Praça Tancredo Neves é local de passagem e de conagração, além de harmonia entre os poderes constituídos. Ele acredita que, a partir do concurso público e das obras de revitalização, haverá o seu resgate como Centro Cívico.

Na avaliação de Gelson Merisio, a iniciativa de revitalizar a Praça Tancredo Neves é uma grande conquista para Florianópolis e Santa Catarina. "Juntos e de forma independente podemos servir à comunidade para a melhoria da qualidade de vida", afirmou o presidente da Assembleia.

Acordo de manutenção

A Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado têm um acordo de manutenção da praça. Em forma de rodízio, a parceria garante a manutenção e o hasteamento da bandeira de Santa Catarina. O Termo de Compromisso para transferência de responsabilidade do hasteamento e manutenção da Bandeira do Estado foi assinado em 2008 e o rodízio foi iniciado

pela Assembleia. No dia 11 de agosto de 2009, a responsabilidade foi passada ao TJ. Desde 2004, uma solenidade cívica se realiza na praça, no dia 11 de agosto, para celebrar o Dia do Estado de Santa Catarina. A comemoração foi criada pela Lei 12.906/04, que considera o dia de 11 de agosto de 1738 como a data de fundação da Capitania de Santa Catarina, que deu origem ao Estado.



Solenidade na Assembleia dá largada ao concurso

INSTITUCIONAL

Definida diretoria de Agência Reguladora de Saneamento

Solon Soares

A Assembleia Legislativa aprovou, dia 16, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 01/10, que estabelece os nomes para a composição da diretoria da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina (Agesan). De autoria do Poder Legislativo, o decreto apreciado pela Comissão Especial teve como propósito elencar profissionais capacitados para compor as cinco vagas disponíveis para diretoria da Agesan.

Na condição de presidente da Comissão Especial, o deputado Joares Ponticelli (PP) ressaltou sua satisfação com relação ao cumprimento do calendário estabelecido. "A comissão cumpriu com o seu papel e o Plenário aprovou os candidatos indicados", comentou. Todos os indicados apresentaram currículos e foram sabatinados pelos integrantes da comissão.

Durante a votação, alguns parlamentares, entre eles, Sargento Amauri Soares (PDT) e Marcos Vieira (PSDB), aproveitaram para saudar os indicados pelo Executivo, em especial o ex-deputado Sérgio Grandó (PPS) para diretoria-geral. "Fizemos uma importante escolha, pois o deputado Grandó entende muito de saneamento, principalmente na Capital", disse Vieira.



Ex-deputado Sérgio Grandó vai comandar órgão

A nominata

- Diretor-Geral: Sérgio José Grandó;
- Diretor de Regulação e Fiscalização: Sílvio César dos Santos Rosa;
- Diretor de Relações Institucionais: José Ari Vequi;
- Diretor Administrativo: Içuriti Pereira da Silva;
- Diretor Jurídico: Marco Antônio Koerich de Azambuja.

Audiência Pública vai fazer radiografia da Celesc

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, por unanimidade, na reunião do dia 16, a realização de uma audiência pública para debater a real situação das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc). O encontro será realizado no dia 24 de março, às 9 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa.

O principal fator que levou a bancada a solicitar a audiência foi a convocação de uma Assembleia Geral Extraordinária para acionistas da Celesc, no dia 31 de março. O líder do PT, deputado Décio Góes, reforçou que notícias divulgadas em âmbito nacional dão conta de que foi publicado um edital, de origem da Holding, presidida por Sérgio Rodrigues Alves, que tem por finalidade a reforma estatutária. "Jornais

e revistas especializadas em economia, que circulam em todo o país, especulam o futuro da estatal e isto está gerando uma incerteza nos catarinenses, funcionários da empresa e os próprios parlamentares, o que foi traduzido pelo pedido desta audiência", explicou.

O presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), enfatizou que o requerimento que solicitou a audiência foi amplamente debatido durante a reunião, mas não há problemas em realizá-la. "Vamos discutir este assunto de uma vez. Não há o que esconder", declarou.

Serão convidados a dar esclarecimentos o presidente da Celesc Holding, Sérgio Rodrigues Alves, o presidente da Celesc Distribuição, Felipe da Luz, o diretor da Celesc Geração, Paulo Meller, o presidente do Conselho de Administração,

Glauco Corte, o representante dos empregados no Conselho Administrativo, Jair Maurino, o presidente do Comitê de Defesa do Consumidor Organizado de Florianópolis (Deconor), Paulo Simon, o ex-presidente da Celesc Holding, Pinho Moreira, e o Procurador Geral de Justiça, Gercino Gomes Neto.

Décio espera que o debate esclareça pontos importantes, como o Plano de Demissão Incentivada (PDI), que está em andamento, e convênios com outras empresas do setor, entre elas a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e a Companhia Paranaense de Energia (Copel). "Queremos realmente saber o que está acontecendo e as providências que estão sendo tomadas. Um tema importante como este não poderia deixar de ser debatido na Assembleia", justificou.

Agropecuaristas de Campo Alegre cobram rigor de barreiras sanitárias

Produtores lutam para impedir entrada de carne procedente do Paraná, que chega com preço abaixo do mercado



Fotos Miriam Zomer

Promovido pelo deputado Antônio Aguiar, encontro discute situação dos produtores, que têm migrado para o reflorestamento diante da competição desleal com mercadoria de estado vizinho

Agropecuaristas de Campo Alegre, no Norte de Santa Catarina, estão cobrando maior rigor na atuação das barreiras sanitárias implantadas no município para inibir a entrada em Santa Catarina de carne com osso e de animais vivos oriundos do Paraná. Eles estiveram reunidos, dia 11, em encontro promovido pelo líder do PMDB na Assembleia Legislativa, deputado Antônio Aguiar, com a participação de funcionários da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) e de cerca de 40 produtores.

Aguiar ficou satisfeito com o resultado da reunião, que teve o objetivo de discutir ações para beneficiar o produtor de gado catarinense. "Estamos verificando de que maneira a Cidasc pode atuar para favorecer o pequeno produtor", observou o deputado.

O encontro atendeu um pedido do ex-prefeito Renato Bahr (PMDB), preocupado com o preço da carne do estado vizinho, muito abaixo da produzida no município. "Por conta disso, estamos trocando a produção de boi por reflorestamento", desabafou.

Entre as barreiras sanitárias, sete no total, uma delas possui um limitador de altura de veículo que acaba prejudicando os produtores de fumo, pois não há passagem de carga animal viva no trecho, e que não impede a entrada da carne.

Outro fator que preocupa os produtores são os fiscais da Cidasc, órgão responsável pelas barreiras, que não têm autorização para fazer a abordagem dos veículos, ação exclusiva da Polícia Militar.

Pastagem

A emissão de Guia de Transporte Animal (GTA) para troca de

pastagem no próprio município é, entretanto, a situação que mais prejudica os produtores. Segundo o bovinocultor Donaldo Souza Freitas, a burocracia para fazer a mudança dos animais é tão grande que traz prejuízos. A guia é emitida pela Cidasc, de segunda à sexta-feira. "Os produtores fazem a mudança nos fins de semana e não sabemos ao certo quantos animais serão transportados. Perdemos um dia para fazer a guia, que tem duração de 24 horas, e com a numeração do brinco de cada boi", reclamou.



Deputado Aguiar ouve reivindicações do setor

Semana do Artesão tem exposição no Legislativo

Fotos Alberto Neves



Deputado Cesar Souza Júnior destaca apoio do Parlamento

Dentro da programação da Semana do Artesão de Florianópolis, um dos destaques é a exposição "Artesanato: Estilo, originalidade e arte", realizada de 15 a 19 de março, no largo à frente do Espaço Cultural Jerônimo Coelho, na Assembleia Legislativa.

Promovida pelo Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis (Igeof), a mostra encerra com o 3º Encontro de Artesãos e Feiras Artesanais, no Largo da Alfândega, no dia 20.

Participam do evento 108 artesãos nos mais variados segmentos, como artesanato em couro, madeira, tecido, material reciclado e tecelagem, entre outros.

Segundo a coordenadora de Artesanato do Igeof, Ana Mercedes, o segmento necessita de uma política pública para ter referências. "Para sabermos quantos são os profissionais e quais as áreas mais comercializadas, estamos organizando um banco de dados, a partir do preenchimento de um cadastro único. O artesanato é o maior gerador de renda na informalidade e precisamos ter um referencial", observou. Segundo Ana, o preenchimento do cadastro pode ser feito pelo site <http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/igeof>.

Na abertura, o deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que solicitou o espaço para a exposição, falou da importância do Parlamento apoiar eventos dessa natureza, expressão da cultura popular. "Esta exposição na Assembleia, num espaço de fácil acesso, é uma oportunidade de valorizar o nosso artesanato", afirmou o parlamentar. O democrata acrescentou que a mostra deve contribuir para pressionar os governos a dar um espaço definitivo para que os artesãos possam divulgar e comercializar seus trabalhos com conforto e segurança.

Para a expositora Tânia Maria d'Aquino, que atua há cinco anos no ramo, a destinação de um espaço fixo num ponto central, de fácil acesso aos turistas e a todos os que gostam do artesanato, é uma antiga reivindicação da categoria. "Se precisarmos nos propomos a pagar uma taxa para que possamos trabalhar num local onde o turista possa vir comprar nossos produtos", afirmou a artesã.



Técnicos respondem dúvidas do público presente na reunião

Cidasc vai analisar reclamações

Os funcionários da Cidasc se comprometeram a analisar cada uma das reclamações dos agropecuaristas.

Eles explicaram que a não exigência da Guia de Transporte Animal, reivindicada pelos agropecuaristas como forma de abreviar a burocracia para a mudança dos animais para proprieda-

des dentro do município, não será possível.

"Isto porque o documento permite que o órgão fiscalize se há foco de alguma doença, como a febre aftosa, e, se existe, de onde veio e para onde foi", explicou o gerente estadual de Defesa Sanitária Animal, Flávio Pereira Veloso.



Mostra reúne 108 expositores dos mais variados segmentos

COMISSÕES

CCJ dá sinal verde para projeto que fecha cerco à dengue em SC

Estabelecimentos como ferro velhos e borracharias serão obrigados a adotarem medidas contra criadouros do mosquito causador da doença

Eduardo Guedes de Oliveira



Reunião conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Trabalho e Segurança Pública

Com objetivo de controlar a dengue e estabelecer regras para minimizar os riscos de contágio da doença no território catarinense, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovou o Projeto de Lei nº 31/10, do deputado Dado Cherem (PSDB). A matéria dispõe sobre a obrigatoriedade de ferros velhos, empresas de transporte de carga, lojas de material de construção, borracharias, recauchutadoras e afins adotarem medidas para evitar a existência de criadores para "Aedes aegypti" e "Aedes albopictus", os mosquitos transmissores da dengue.

O projeto foi relatado pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB) e acatado pelos demais membros

da comissão. A proposição prevê a obrigatoriedade de cobertura e proteção adequada de pneus novos, velhos, recauchutados, peças, sucatas, carcaças e garrafas, bem como qualquer outro material que se encontre nas dependências destes estabelecimentos. A intenção é evitar a exposição direta dos objetos à instabilidade do tempo, fator que favorece a multiplicação das larvas dos mosquitos.

Também foi autorizado o Projeto de Lei nº 482/09, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), que pretende estimular as administrações municipais a disponibilizarem informações de interesse público em site próprio na internet. O objetivo é incentivar a transparência.

Agricultura familiar

O Projeto de Lei nº 36/10, também aprovado nessa semana pela Comissão de Constituição e Justiça dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudanças.

Conforme o autor, deputado Padre Pedro Baldissera (PT), a matéria tem o objetivo de preservar a agrobiodiversidade e estimular o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar em Santa Catarina.

Transposição de cargos será votada no dia 24

Em reunião extraordinária dia 17, em conjunto entre as comissões de Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Tributação, Trabalho e Serviços Públicos e de Segurança Pública, foi definido que as matérias que tratam da transposição de 90 cargos de psicólogos policiais civis para escrivães de Polícia Civil, que

transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, e que institui gratificação de Representação de Delegado de Polícia Civil, serão discutidas e votadas dia 24.

A intenção do governo era que as comissões aprovassem os três projetos na reunião, mas não houve a concordância do líder do

PT, deputado Décio Góes, que alegou que não votaria as matérias sem conhecer o conteúdo.

O presidente da CCJ, deputado Romildo Titon (PMDB), concedeu voto vista ao deputado e solicitou aos parlamentares que desejam apresentar emendas, que as encaminhem ao relator de cada projeto.

Lixo tecnológico deverá ter destinação correta

Para dar uma destinação correta a todo lixo tecnológico produzido no estado, os deputados da Comissão de Finanças e Tributação aprovaram, dia 17, o Projeto de Lei nº 275/08, de autoria do ex-deputado Valdir Cobalchini (PMDB), que define diretrizes e procedimentos para a reciclagem, o gerenciamento e a destinação final de lixo tecnológico.

O projeto prevê que os produtos e os componentes eletroeletrônicos considerados lixo tecnológico devem receber uma destinação final adequada, que não provoque danos ou impactos negativos ao meio ambiente e ao bem-estar da sociedade. Prevê também que a responsabilidade pela destinação final deve ser solidária entre as empresas fabricantes, as que comercializam e as que importam os produtos e componentes eletroeletrônicos, mantendo pontos de coleta para receber o lixo tecnológico.

São considerados lixo tecnológico os aparelhos eletrodomésticos, equipamentos e componentes eletroeletrônicos de uso industrial, comercial, doméstico e de serviços que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como: monitores e televisores, acumuladores de energia (baterias e pilhas), componentes e periféricos de computadores, produtos magnetizados e aparelhos celulares.

Ainda foi aprovada a participação da Comissão de Finanças na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, no próximo dia 24, às 9 horas, no Auditório Antonieta de Barros, na Assembleia Legislativa. Na oportunidade, as duas comissões vão tratar com representantes da diretoria da Celesc sobre a Assembleia Geral marcada para o próximo dia 31, que vai tratar das mudanças no estatuto da empresa. O pedido da audiência foi feito pela bancada do PT.

Vereadores de Chapecó participaram da reunião da Comissão de Segurança Pública dia 17. Eles apresentaram as conclusões de uma comitiva do Legislativo do município, que visitou as dependências da Penitenciária Agrícola de Chapecó. A vistoria foi motivada pela fuga de dois detentos da ala de segurança máxima da

instituição. Um deles estava cumprindo pena de 98 anos.

De acordo com o relatório do vereador Marcelino Chiarello (PT), a penitenciária tem graves problemas na estrutura física e no quadro de pessoal. O agente prisional há 23 anos e vereador Itamar Agnoletto (PSDB) também participou da reunião.

Turismo conhece política hídrica

Atendendo ao convite do deputado Renato Hinnig (PMDB), o diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Flávio Rene Brea Victoria, explicou, dia 17, a política estadual de recursos hídricos durante reunião da Comissão de Turismo e Meio Ambiente. Para os deputados da comissão, as informações prestadas foram esclarecedoras, mas há muito a ser feito.

Uma das ações, segundo o deputado Renato Hinnig, é que o governo encaminhe à Assembleia a proposta de criação do Instituto Catarinense de Gestão da Água, considerado fundamental para a execução de políticas públicas para o setor.

O representante da Secretaria também falou das políticas públicas, estratégias de Estado e ações de estruturação do Sistema Estadual de Gerenciamento.

A situação Penitenciária de Chapecó

O relatório apontou vários problemas. Um deles diz respeito ao número reduzido de pessoal que trabalha para o funcionamento da unidade. Marcelino afirmou que, hoje, a penitenciária conta com 13 pessoas, porém, ele acredita que seriam necessários de 35 a 39 agentes prisionais "para dar conta da demanda".

Direitos Humanos

A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), aprovou a realização de uma audiência pública para apurar a denúncia de violação dos direitos humanos e morte do deficiente mental Valdir Ghislandi, ocorrida no presídio Santa Augusta, de Criciúma, no dia 1º de março. A data do encontro ainda não está definida.

PLENÁRIO

Segurança volta a dominar debate

Situação de Presídios de Blumenau e de Chapecó reacende debate de parlamentares, que cobram providências

A situação da segurança pública no estado voltou a ser tema na tribuna durante as sessões ordinárias da semana. Preocupada com a "situação absurda" do Presídio de Blumenau, a deputada Ana Paula Lima (PT) deu ciência aos colegas da portaria que restringe detentos que podem ficar na unidade prisional da cidade. Elaborada pelo juiz-corregedor Edson Marcos de Mendonça, o documento foi entregue para o Departamento de Administração Prisional (DEAP). O relatório diz que a unidade não poderá mais receber detentos. "Um agente prisional responsável por mais de 100 detentos é uma afronta à segurança do cidadão", registrou a deputada.

O assunto recebeu eco no pronunciamento do deputado Jean Kuhlmann (DEM), que reservou suas críticas à Secretaria de Estado da Segurança Pública, mais especificamente ao secretário, deputado licenciado Ronaldo Benedet (PMDB). Ele parabenizou a atuação do juiz-corregedor e lembrou que há poucos dias apresentou indicação pedindo efetivo para presídio em Blumenau "É uma falta de respeito com o Alto



Ana Paula Lima chama atenção para a situação do Presídio de Blumenau

Vale e não se pode culpar o diretor do presídio.", avaliou.

Na mesma linha, o deputado Pedro Uczai (PT) trouxe a "caótica condição" do Presídio Agrícola de Chapecó, que enfrenta problemas de fuga. A unidade foi recentemente visitada por vereadores de Chapecó, que estiveram, dia 17, na Comissão de Segurança Pública falando da vistoria (leia matéria na página 6).

Uczai cobrou a presença do

secretário Benedet na Comissão de Segurança, tendo em vista que foi aprovada sua convocação para esclarecimentos. "O secretário está cometendo crime de responsabilidade, pois o prazo da convocação já expirou."

Ainda no campo da segurança, o deputado Kennedy Nunes comunicou que três novas delegacias serão inauguradas em Joinville, enquanto delegados são transferidos.

Dez mensagens são apreciadas

Na sessão do dia 16, foram apreciadas dez mensagens de veto. Foram mantidas seis, rejeitadas três delas e uma teve veto parcial (MSV nº 1467/10). O debate se deu em torno do veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 63/09, nos seus artigos 20 e 21 sobre os serviços jurídicos prestados nas autarquias e fundações estaduais.

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), comunicou que, em concordância com o governador, a base governista votaria pela rejeição quanto ao artigo 20, o que aconteceu sem problemas. Já o artigo 21 gerou maior polêmica. A deputada Professora Odete de Jesus (PRB) e os deputados Marcos Vieira (PSDB) e Cesar Souza Júnior (DEM) lembraram que o artigo havia sido acordado a partir de um substitutivo global do líder governista e

pediram a rejeição enquanto que os deputados Rogério Peninha Mendonça (PMDB), José Natal Pereira (PSDB) e Jailson Lima (PT) pediram manutenção, o que aconteceu.

Outras três mensagens foram rejeitadas. O veto nº 1498/10, ao PL 166/09, do deputado Edison Andrino (PMDB), que destina às Associações de Pais e Professores (APPs) os valores de exploração de cantinas, teve apoio maciço dos parlamentares.

Igualmente rejeitada, a mensagem nº 1499/10, que vetava o PL nº 472/09, do deputado Peninha, que estabelece medidas de proteção às vítimas e testemunhas nos inquéritos.

Ainda rejeitada a mensagem nº 1498, veto ao PL nº 556/09, do deputado Darci de Matos (DEM), que prevê plano para divulgar ações contra as hepatites B e C.

Educadores protestam

Cerca de 200 profissionais da Educação ocuparam as galerias da Assembleia Legislativa durante a sessão ordinária do dia 16. A atividade fez parte da Paralisação Nacional em Defesa da Implementação do Piso Salarial da categoria. O descumprimento da Lei Federal nº 11.738/08, que trata da implantação do Piso Salarial Profissional Nacional nos estados e municípios, motivou a manifestação.

O assunto foi abordado pela coordenadora estadual do SINTE-SC, Joaninha de Oliveira, que apresentou algumas das reivindicações dos trabalhadores da Educação em Santa Catarina, como a não terceirização da merenda escolar, a manutenção do emprego das serventes e merendeiras e a não municipalização do ensino fundamental.

Notificação da violência escolar

Quatro projetos de lei de origem parlamentar foram aprovados, em primeiro turno e por unanimidade, na sessão do dia 17. A votação de 12 mensagens de veto do Executivo ficou para semana que vem. Entre elas, a que veta o projeto que proíbe o uso de produtos geneticamente modificados e o que institui a política prevenção e diagnóstico de câncer bucal.

Do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), um das matérias aprovadas, PL nº 333/09, trata da notificação obrigatória nos casos de violência contra a criança e o adolescente pelos estabelecimentos de ensino no Estado de Santa Catarina. Em seu principal artigo, o projeto define que os profissionais da rede de

ensino estão obrigados, pessoalmente ou por meio da direção da instituição, a notificar o Conselho Tutelar ou a Vara da Infância e da Juventude da região qualquer suspeita de violência doméstica.

Peninha afirma que a proposição está alicerçada na disposição constitucional que determina que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar proteção à criança e ao adolescente em qualquer forma de negligência, exploração, violência e crueldade (artigo 227). "O projeto visa a dar efetividade ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que considera infração administrativa o fato de o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento, não comunicarem o fato às autoridades."

Deputados preocupados com FCEE

Os problemas estruturais da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), em São José, na Grande Florianópolis, foram criticados, dia 18, pelos deputados da oposição, como também por alguns da base governista.

O assunto foi levantado pelo deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que apresentou um vídeo de reportagem da RBS TV. Antes, porém, ele disse que a fundação era referência no país e que, agora, o atendimento às famílias está prejudicado. "A situação é grave e isso é lamentável", reiterou.

Forro caindo, focos de cupim, umidade e portas quebradas foram alguns dos problemas mostrados no vídeo. Na entrevista, o diretor administrativo da fundação, Sau-

lo Henrique Scherer, disse que a reforma começou em 2009 e está suspensa por erros na licitação. A FCEE foi criada há mais de 30 anos e atende 800 alunos, oferecendo tratamentos como fisioterapia, estimulação visual e fonoaudiologia.

Os parlamentares creditaram os atuais problemas na conta do secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Valter Galina, que não teve nenhuma manifestação em sua defesa. "A fundação está sucateada. Esse momento é lamentável e desagradável para todos. O secretário precisa ter responsabilidade no desempenho das suas tarefas", enfatizou José Natal Pereira (PSDB). Renato Hinnig (PMDB) foi outro parlamentar que teceu críticas a Galina.

Proteção à mulher e ao consumidor

A deputada Ada Faraco de Luca (PMDB) teve aprovado, na sessão, o Projeto de Lei nº 518/09, que institui o dia 25 de novembro como "Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher" no calendário oficial de eventos de Santa Catarina.

Ada esclarece que nesta data foi declarado o Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres, no Primeiro Encontro Feminista da América Latina e Caribe, organizado em Bogotá, Colômbia, em 1981.

Da bancada do PT, foi autorizado o PL nº 406/09, que obriga

bancos, empresas de cartão de crédito, operadoras de serviços de telefonia móvel, provedores de internet e de televisão por assinatura a disponibilizarem aos usuários seu endereço completo para correspondência nos boletos.

A última matéria admitida foi o PL nº 129/09, que reconhece

Camboriú como Capital Catarinense de Missões.

O autor, deputado Kennedy Nunes (PP), disse que a cidade sedia o maior congresso missionário da América Latina e informou que sua proposta tem o apoio da prefeitura e da Câmara de Vereadores.

AL NOTÍCIAS

AQUI VOCÊ ACOMPANHA
OS PRINCIPAIS DEBATES
E CONHECE AS NOVAS LEIS
QUE REGEM A VIDA
DOS CATARINENSES



Acesse o AL Notícias pelo site www.alesc.sc.gov.br

Sugestões e Críticas: imprensa@alesc.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3221-2754